

Deng Xiaoping na Vila Euclides

As reformas chinesas de 1978 e o Partido dos Trabalhadores

Deng Xiaoping in Vila Euclides
The Chinese reforms of 1978 and the
Worker's Party (Brazil)

pedro giovannetti moura*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.164.013>



CCTV Photo

Deng Xiaoping (1904-1997), dirigente da República Popular da China entre 1978 e 1992

RESUMO

O presente artigo busca analisar as reformas econômicas chinesas de 1978, suas consequências políticas e, no Brasil, de que forma o Partido dos Trabalhadores (PT) as interpretou. Situando-se no amplo debate historiográfico sobre a manutenção ou não do caráter socialista da República Popular da China após as reformas de Deng Xiaoping, o trabalho busca entender não só de que forma o futuro maior partido da esquerda brasileira compreendia o papel chinês na construção do socialismo mundial como, também, o que essa interpretação diz da própria concepção de socialismo do PT. Para tanto, nos valem de um diálogo estabelecido entre uma bibliografia que analisa a natureza das reformas chinesas com discursos do próprio Deng Xiaoping, além de documentos de encontros, congressos e reuniões do PT disponibilizados pela Fundação Perseu Abramo. Tomando por base uma concepção gramsciana de partidos políticos, situamos o PT como um importante veio de interpretação da própria história nacional; por extensão, situamos suas formulações como reflexo de pressupostos bastante arraigados no que toca à interpretação das reformas chinesas. Dessa forma, o presente trabalho busca apresentar contribuições ao campo de estudos sobre as reformas chinesas e sobre o pensamento socialista brasileiro.

Palavras-chave: Planificação econômica. Desenvolvimento. Reformas chinesas. Partido dos Trabalhadores. História econômica.

ABSTRACT

This article aims to study the Chinese economic reforms of 1978, their political consequences and how the Brazilian Worker's Party (Partido dos Trabalhadores — PT) analyzed them. Based on the broad historiographical debate on the socialist character of the People's Republic of China after Deng Xiaoping's reforms, we seek to analyse not only how the future largest party of the Brazilian left understood the Chinese role in the construction of world socialism, but also what this kind of interpretation says about the PT's own conception of socialism. For that purpose, there is a dialogue between bibliography that analyzes the nature of Chinese reforms, with speeches by Deng Xiaoping himself, and documents from PT congresses and meetings made available by the Perseu Abramo Foundation. Based on a Gramscian conception of political parties, we approach PT as an important source of interpretation of national history itself; by extension, we place its resolutions as a reflection of deeply rooted assumptions regarding the interpretation of Chinese reforms. In this way, this work aims to present contributions to the field of studies on Chinese reforms and on Brazilian socialist thought.

Keywords: Economic planning. Development. Chinese reforms. (Brazilian) Worker's Party. Economic history.



Reprodução: NZZ/CH

Comemorações oficiais do 40º aniversário das reformas econômico-culturais da China. Pequim, 2018

1. INTRODUÇÃO

É a partir da resolução da disputa interna do Partido Comunista da China (PCC) após a morte de Mao Tsé-tung, em 1976, com o apontamento de Deng Xiaoping como seu sucessor e principal liderança da República Popular da China, que balizamos um conjunto de transformações econômicas significativas no país. Tais reformas representam um impacto, simultaneamente, no desenvolvimento chinês, na geopolítica global e na própria trajetória do pensamento socialista mundial.

A partir de 1978 é empreendida uma verdadeira guinada nos rumos da planificação econômica chinesa. Modernização agrícola, priorização da indústria leve e da produtividade no campo, estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e, principalmente, a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) sintetizam aquilo que Eric J. Hobsbawm (2010, p.480) classificou como “*perestroika* chinesa”. Diferentemente do caso soviético, no entanto, a adoção de medidas de abertura regulamentada ao investimento estrangeiro e de estímulos comerciais não caminhou junto a uma abertura política com a adoção dos postulados da democracia burguesa.

As interpretações desse fenômeno são tão distintas que, cabe aqui mencionar, a própria alcunha de “contradição” para caracterizar esse processo de convivência entre socialismo e economia de mercado não é consensual no universo acadêmico¹. Estimulados a compreender a razão da manutenção do Estado chinês em uma

¹ As recentes obras de Elias Jabbour, por exemplo, dão conta de caracterizar o modelo chinês do “socialismo de mercado” enquanto uma formação social complexa, nos postulados de Ignácio Rangel. Embora tal modelo seja permeado por diversas contradições, como a coexistência de distintos modos de produção, o autor não caracteriza a adoção de princípios da economia de mercado sob a liderança do Partido Comunista, ela própria, sob a égide de contradição com os postulados socialistas. Para a publicação mais recente, ver: Jabbour e Gabriele (2021).

Mao Tsé-tung
(1893-1976),
fundador e líder
da República
Popular da China



conjuntura na qual a União Soviética se esfacelava, as altas taxas de crescimento do gigante asiático, as relações de classe no interior desse país e, principalmente, estimulados a delimitar se ainda era possível enquadrar a China sob um prisma de país socialista, organizações políticas, analistas e historiadores se debruçaram sobre o estudo das reformas chinesas.

As primeiras leituras nos indicam que, em linhas gerais, podemos classificar as análises sobre as mudanças chinesas em dois grandes polos. Primeiramente temos aqueles que consideraram a linha chinesa pós-1978 como capitulação ao capitalismo (BETTELHEIM, 1978; HUI, 2006; BURTON, 1987), isto é, como a vitória da fração burguesa dentro do próprio PCCh e a consequente adoção de medidas que teriam como objetivo fortalecê-la enquanto classe.

No campo oposto, temos aqueles que consideraram a mudança na linha chinesa, sob uma perspectiva de longa duração, como a vitória da fração comunista do PCCh, que priorizaria o desenvolvimento das forças produtivas como melhor alternativa estratégica para a construção do socialismo. Essa é a linha defendida pelo próprio Deng Xiaoping em suas obras e discursos². Para Wladimir Pomar, um pressuposto comum aos críticos da mudança da planificação chinesa seria a compreensão do socialismo como uma espécie de modo de vida “monástico”, de privações materiais; tal interpretação os impediria de compreender o mercado como uma esfera não contraditória, mas sim complementar à economia planificada (POMAR, W., 2015, p. 20).

Mais do que um conjunto de diferentes narrativas sobre uma realidade concreta — a chinesa —, essas interpretações são decorrentes de postulados distintos no debate sobre o “modo de produção socialista”. Para os que advogam a tese da capitulação chinesa ao capitalismo a partir de 1978, as insuficiências da Revolução Cultural se explicam pelas remanescências de relações sociais de produção capitalistas mesmo

² Ver, por exemplo, alguns discursos selecionados de Deng Xiaoping: Deng (1975a; 1975b; 1979c; 1980; 1985).

Cada vez mais a China é um elefante na sala: com a adoção de uma política econômica que, até 2017, havia retirado 850 milhões de pessoas da pobreza (redução de pobreza sem precedentes na história); elevado um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,410 ponto em 1978 para 0,761 em 2021, e atingido uma taxa de 88% da população rural com acesso à escola primária, o caso chinês inspira curiosidade crescente

com o processo revolucionário chinês. Por outro lado, aos que seguem a linha proposta por Deng Xiaoping, fica evidente a noção de que a construção de um modo de produção socialista não prescinde de um avanço nas forças produtivas. Embora ambos os lados não excluam de suas análises a importância do desenvolvimento material ou a importância do combate às relações capitalistas, sua diferenciação reside na prioridade conferida a cada aspecto. Voltaremos adiante a esse ponto.

Já para as organizações de esquerda, o estudo da experiência chinesa de construção do socialismo era fundamental. Para grupos ainda em luta armada, a discussão sobre a tomada do poder passava, necessariamente, pelo debate tático sobre a validade do modelo de *guerra popular prolongada*, de Mao Tsé-tung, para as realidades nacionais (GORENDER, 1987). Já para grupos que orientavam sua atuação política pela via institucional, a questão era principalmente política: para se firmarem como oposição, seria necessária, essencialmente, a construção de um projeto político alternativo e socialista, sendo a omissão em relação à experiência chinesa, portanto, impensável.

É nesse sentido que o presente trabalho busca contribuir, preenchendo um hiato: tendo em vista o peso geopolítico chinês, objetivamos discutir de que forma as organizações do campo progressista avaliam essa experiência histórica. Para além de compreender de que maneira essas organizações visualizam (se é que visualizam) o papel chinês na construção do socialismo mundial, projeta-se, também, esmiuçar o que essa interpretação diz da própria concepção socialista dessas organizações. Mas não só: ao compreender os partidos políticos enquanto interação entre classes que os constituem, suas relações com o aparato estatal e o governo e, também, enquanto par-

te da sociedade civil (GRAMSCI, 2004), não estamos partindo de um objeto apartado da totalidade social brasileira, mas, pelo contrário, visualizamos os partidos enquanto importantes atores sociais e políticos nacionais. Tal qual expresso por Lincoln Secco, “escrever a história de um partido significa escrever a história de um país” (SECCO, 2011, contracapa).

Tendo em vista essa concepção, a opção pelo PT se faz ainda mais justificável. Partido apontado hoje como o preferido por 28% dos brasileiros — enquanto o segundo colocado pontua em 2% (DATAFOLHA..., 2021) —, com mais de 1,5 milhão de filiados, o PT é o partido nacional de maior referência no campo da esquerda³. Além disso, enquanto um partido que objetivava romper com as experiências socialistas passadas e construir um novo socialismo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1990), seu balanço sobre a mudança da linha da planificação chinesa empreendida por Deng Xiaoping guarda particularidades importantes quando comparadas ao caso dos partidos comunistas.

Fundado em 1980, fruto da organização de setores da classe trabalhadora (movimento camponês, sindical, comunidades eclesiais de base) e não só de “socialistas” (SECCO, 2012, p. 30-35), o PT surge numa conjuntura específica, na qual, no Brasil, vivia-se a luta pela redemocratização após um longo período de ditadura militar, e, no campo internacional, o regime de acumulação neoliberal começava a se consolidar de forma hegemônica (DARDOT; LAVAL, 2016). Diante disso, o PT surge buscando apresentar respostas a diversas questões: como deverá ser conduzida a redemocratização? Como se portará um partido tão heterogêneo? Servirá o socialismo de norte ao partido, e, em consequência, qual papel este atribuirá às experiências socialistas anteriores?

É sobre esta última questão, em particular, que nos debruçamos na terceira parte deste artigo. Antes, na segunda seção, buscamos, a partir de uma análise sobre as reformas econômicas empreendidas por Deng Xiaoping a partir de 1978, mapear as diferentes interpretações sobre o processo histórico. Com esse arcabouço estabelecido, na terceira seção, voltamos a alguns documentos-chave do PT que dialogam, direta e indiretamente, com as mudanças da linha político-econômica chinesa. Pretende-se, com isso, não só trazer à tona a interpretação petista do modelo chinês, como, a partir dela, esmiuçar as próprias noções de socialismo advogadas pelo partido.

Amplificando nosso objeto central de análise em si, o presente trabalho busca estabelecer pontes de diálogo com trabalhos que caminhem na direção de uma maior compreensão por parte dos atores políticos progressistas ocidentais sobre os acontecimentos que cercam a China desde 1978.

3 A análise das reformas chinesas pelos partidos do campo da centro-direita e direita, apesar de um tema de grande importância, padece de uma dificuldade operacional: a baixa quantidade de documentos produzidos contemporaneamente acerca do processo, sobre os quais se possa debruçar.



Os excessos da Revolução Cultural foram objeto de intenso debate no período pós-Mao

2. DENG, CHINA E SOCIALISMO

Governo chinês anuncia o fim da economia centralizada. Os produtos liberados do controle estatal obedecerão às forças do mercado: a oferta ditada pela demanda, de acordo com os princípios da economia capitalista, e não pelas metas estabelecidas pelo governo (FOLHA DE S.PAULO, 10 out. 1984 apud POMAR, W., 2015, p. 92).

O objetivo da nossa luta partidária no novo período histórico é tornar a China, passo a passo, um poderoso país socialista com uma moderna agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia e com um alto nível de democracia e cultura (CHINESE COMMUNIST PARTY, 1981, p. 27, tradução nossa).

O jornal *Folha de S.Paulo* e o PCCh não concordam entre si. O tradicional periódico brasileiro, representativo de uma visão bastante hegemônica na grande mídia (ver POMAR, W., 2015, p. 91-92), interpretou as reformas de Deng como uma subversão dos preceitos socialistas, marcada pelo fim da economia centralizada e o predomínio do mercado enquanto entidade reguladora da economia chinesa. Já uma importante resolução do partido, de 1981 — uma das primeiras não só a estabelecer um balanço sobre o significado das reformas de Deng, como a consolidar uma visão sobre o processo histórico revolucionário chinês —, aponta para um outro caminho. Apesar da defesa das quatro modernizações — da agricultura, da indústria, da defesa e da ciência e tecnologia — como um caminho constituinte de um novo período histórico, essas transformações se dariam sob a liderança do PCCh e com o objetivo da criação de um “poderoso país socialista”.

A burguesia, enquanto classe, tentaria ganhar o predomínio econômico e político, mas, a partir da atuação do partido comunista, fora “obrigada a curvar-se ao poderio popular e, mesmo contra a vontade, a colocar seus conhecimentos e capitais a serviço da construção do novo regime”

Tal “discordância” não é um aspecto menor. Já presente em 1984, a interpretação de que, a partir das reformas econômicas de Deng Xiaoping, a China abandonara seu caráter socialista e se convertera em um país capitalista ganhou força nas últimas décadas. Cada vez mais a China é um elefante na sala: com a adoção de uma política econômica que, até 2017, havia retirado 850 milhões de pessoas da pobreza (redução de pobreza sem precedentes na história); elevado um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,410 ponto em 1978 para 0,761 em 2021, e atingido uma taxa de 88% da população rural com acesso à escola primária, além de um acesso a clínicas de saúde da ordem de 92,2% dessa mesma população, o caso chinês inspira curiosidade crescente (MAIA, 2021).

Um conjunto de atores, como grandes conglomerados comunicacionais, partidos políticos e intelectuais identificados com postulados liberais, cada vez mais vê nas reformas chinesas uma comprovação do triunfo capitalista. Interpretação esta compartilhada até mesmo entre os que se referenciam sob paradigmas socialistas. Evidentemente, no lugar da exaltação, as reformas são vistas por estes últimos sob um viés negativo. Antes de nos debruçarmos sobre esse debate, no entanto, uma breve explicação sobre o que foram essas reformas se faz necessária.

A resolução de 1981 do PCCh considera o ano de 1976 um *turning point* da Revolução Chinesa. A conotação positiva atribuída àquele ano, naturalmente, não faz alusão à morte de Mao Tsé-tung. Apesar da crítica ao líder, pelo alcance que tomaram as perseguições impostas durante a Revolução Cultural — chegando inclusive a membros da burocracia partidária (CHINESE COMMUNIST PARTY, 1981, p. 13) —, o legado de Mao é enaltecido ao longo de todo o documento, e suas ideias, tidas como eixo basilar a guiar a própria Revolução Chinesa. O ponto de virada, portanto, estaria na derrota do “movimento contrarrevolucionário dos quatro”⁴, responsável por um verdadeiro “desastre nacional” (CHINESE COMMUNIST PARTY, 1981, p. 18).

⁴ Os quatro que o documento menciona são Jiang Qing, Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyuan, que, juntos, formavam a Gangue dos Quatro, grupo de extrema-esquerda que se opunha às reformas de Deng e buscava um aprofundamento da Revolução Cultural e do combate às relações de produção capitalistas.

É a partir dessa vitória, manifesta essencialmente pela alçamento de Deng — representante do grupo partidário que visualizava a realização de modernizações econômicas como imprescindíveis para a continuidade da revolução, liderado por Zhou Enlai — à liderança do partido, que identificamos esse conjunto de reformas. Foi nesse momento que o PCCh muda seu foco para o que chama de “modernização socialista”. No documento do partido temos que

[o PCCh] tomou a estratégica decisão de mudar o foco do trabalho para a modernização socialista. Isso significa que a atenção deve se voltar para solucionar o problema dos graves desequilíbrios entre os grandes polos de desenvolvimento econômico e a aceleração do desenvolvimento agrícola (CHINESE COMMUNIST PARTY, 1981, p. 19, tradução nossa).

Podemos sintetizar essa “modernização socialista”, resumidamente, sob a alcunha de quatro grandes mudanças empreendidas. A primeira e mais impactante a curto prazo nas condições de vida materiais dos chineses foi a reforma agrícola. Entre 1978 e 1980, o PCCh buscou retornar o usufruto das terras dos camponeses — então sob a tutela das comunas — para as famílias rurais, sob um contrato de responsabilidade. Os preços pagos pelos cereais aumentaram e foi permitido aos agricultores vender no mercado os produtos que ultrapassassem a cota estipulada em contrato para a venda ao Estado (POMAR, W., 2015, p. 28). Essa medida, somada a investimentos governamentais no setor, representou uma mudança de prioridades do governo chinês; se, até então inspirada no modelo soviético, a China empreendeu um forte programa de investimentos na indústria pesada, a partir de 1978 a agricultura e indústria de insumos agrícolas foram bastante visadas pelo governo.

Essa situação buscou combater diretamente a questão da fome no país. Para além de um problema econômico e humanitário sem igual, a fome decorrente das crises agrícolas sempre atuou como um destabilizador político na sociedade chinesa. As revoltas camponesas atuaram, desde séculos anteriores, como componente central da luta de classes chinesa (COGGIOLA, 1985, p. II-12).

Uma segunda reforma foi a administrativa. O PCCh buscou realizar uma descentralização administrativa: primeiro incrementando as atribuições dos governos provinciais em matéria econômica e suas responsabilidades fiscais; depois, ampliando a margem de manobra de certas instâncias do Estado, tais como o Exército Popular de Libertação (EPL) e as *State-owned enterprises* (SOEs, empresas estatais chinesas), convertendo, assim, membros do EPL e das SOEs em “empresários burocráticos” (SANTILLÁN; SILBERT, 2012, p. 109).

Um terceiro aspecto, aqui sobre a organização do trabalho, foi o término do sistema de emprego vitalício e de pleno emprego artificial. Se antes era comum que três funcionários dividissem uma mesma vaga de trabalho, agora a “racionalidade” econômica tornava-se o principal critério. Para abrir novas oportunidades de trabalho, as reformas estimularam as indústrias artesanais de propriedade coletiva e o de-

envolvimento da economia individual, com vistas a atender à crescente demanda de artigos de consumo de uso diário e de serviços dos mais diferentes tipos (POMAR, W., 2015, p. 33).

Por fim, e mais impactante do ponto de vista da geopolítica internacional, temos a abertura das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) de Shenzhen, Zhuhai, Shantou (Guangdong) e Xiamen (Fujian)—, que seria aprofundada em 1984 com a abertura econômico-financeira de 14 cidades costeiras (entre elas Xangai). As ZEEs eram áreas costeiras da China com uma legislação de direito econômico e tributário particular que facilitava a atração de investimentos estrangeiros “por meio da concessão de vantagens fiscais, simplificação de trâmites e legislação relativa à importação e exportação, da outorga de maior autonomia administrativa e legislativa e da oferta de terra e mão de obra baratas aos investidores” (SANTILLÁN; SILBERT, 2012, p. 107). Para além de atrair complexos industriais e servir como uma espécie de janela para a política externa do país, as ZEEs⁵ eram um meio de introduzir tecnologia e conhecimento por meio do sistema de *joint ventures* (DENG, 1984), impulsionando o *catching up* chinês (BRESSER-PEREIRA; JABBOUR; PAULA, 2020).

Se, do ponto de vista econômico, as reformas suscitam debates entre ortodoxos e heterodoxos, do ponto de vista político a guinada da planificação chinesa tem uma grande representação para o movimento socialista internacional. Em um cenário de enfraquecimento da URSS e reorganização da acumulação capitalista sob a égide neoliberal, a China passava a se constituir como um importante farol para o pensamento socialista global. É nesse sentido que, mais do que o próprio debate técnico sobre as reformas, sua natureza política passou por um verdadeiro escrutínio.

O economista e historiador francês Charles Bettelheim é um importante ponto de partida no debate acerca da recepção internacional das reformas chinesas nos meios socialistas. Consultor econômico em países em desenvolvimento durante o processo de descolonização, Bettelheim foi um dos grandes entusiastas ocidentais da Revolução Cultural chinesa. Em 1973 escreve *Revolución Cultural y organización industrial en China*. No livro, que conta com uma série de entrevistas concedidas por trabalhadores em postos de comando nas indústrias chinesas, Bettelheim manifesta grande entusiasmo pelo processo aberto com a Revolução Cultural e argumenta que esse evento representara a derrocada da linha burguesa no partido — expressa por Liu Shao-chi — e o início da construção de uma nova moral, a revolucionária. O modelo de gestão de fábricas de Xangai, exercida pelos próprios trabalhadores, representava uma nova forma de produção que se estendera para outras esferas da vida dos trabalhadores (BETTELHEIM, 1974).

Por extensão, considera o autor que o abandono da fórmula de Xangai pós-Mao, com os grupos de gestão operária caindo no esquecimento, é parte da contra-

5 O peso do capital na diáspora chinesa não é um tema a ser ignorado nessa primeira rodada de abertura econômica. Os investimentos provenientes de empresários chineses moradores das regiões de Hong Kong, Taiwan e Macau, que, favorecidos por seus vínculos estabelecidos, detinham vantagens nesse tipo de investimento em relação a estrangeiros, atuaram como base importante das primeiras ZEEs. Ver Arrighi (2008, p. 357-364).

No lugar de uma visão monolítica, a chave analítica da coexistência dos diferentes modos de produção torna mais complexa a interpretação sobre o caso chinês ao esmiuçar *nuances* e colocar em xeque visões canônicas

ofensiva capitalista na disputa ideológica que ocorreu na Revolução Cultural. O disciplinamento do trabalho objetivaria, assim, atingir os comitês revolucionários com o reforço da direção única. A submissão dos trabalhadores a uma rede de comandos que perseguia recordes de produção teria por objetivo, simultaneamente, minar sua capacidade organizativa e fortalecer a direção partidária (BETTELHEIM, 1978, p. 17-21; RUSSO, 2012). Tal burocratização levaria, para Hui (2006, p. 689), a uma transformação do sistema de Estado-partido (marcado por uma troca de ideias e exercício mais democrático do poder) em um sistema de partido-Estado, com comando exercido por uma “máquina burocrática despolitizada”.

Consequentemente, argumenta Bettelheim (1978, p. 12) que “a política que triunfa a seguir à eliminação dos quatro” é “uma política burguesa e não proletária”. Tal tese é compartilhada por Wu (2005), por exemplo, que, através de uma leitura sob o paradigma de Mendel, afirma que as reformas de Deng significam a vitória da linha capitalista na China. Para Hui e Karl (2004, p. 7), ali se gestou um conjunto de práticas que resultariam nos eventos de 1989 da praça Tiananmen, que cimentariam a guinada chinesa ao neoliberalismo — que, diferentemente de outros países, teria a especificidade de ser gerado pelo Estado.

Já a interpretação de Deng Xiaoping para o processo é distinta. Em primeiro lugar, convém destacar que a retórica do líder comunista ainda é a da valorização do socialismo e do pensamento de Mao Tsé-tung enquanto pilar de construção da sociedade chinesa. Na central resolução de 1981, o PCCh afirma: “Só o socialismo, e apenas ele, pode salvar a China. Essa é a invariável conclusão.” (CHINESE COMMUNIST PARTY, 1981, p. 27, tradução nossa) Não só. Deng Xiaoping atesta que os quatro princípios elementares a guiarem essa nova era chinesa seriam: o caminho socialista; a defesa da ditadura do proletariado; a liderança do PCCh; e a defesa do pensamento de Mao Tsé-tung e do marxismo-leninismo (DENG, 1979a).

Para além da defesa do caminho socialista, interessante notar a centralidade conferida ao exercício da ditadura do proletariado e a importância da liderança do PCCh como condicionantes para a realização das modernizações. Sob uma base nacional frágil, “esfacelada pelas forças do feudalismo, do imperialismo e do capitalismo burocrático”, de uma grande população não acompanhada de suficiente terra ará-

vel (DENG, 1979a, tradução nossa), o desenvolvimento das forças produtivas é central para não fazer da revolução um conjunto de palavras vazias (DENG, 1979b). Assim, argumenta o autor que “para desenvolver o socialismo devemos primeiro desenvolver as forças produtivas” (DENG, 1980, tradução nossa). Segundo o líder chinês:

Modernização representa uma grande revolução. O propósito da nossa revolução é liberar e expandir as forças produtivas. Sem expandir as forças produtivas, fazendo nosso país próspero e poderoso, e promover uma melhoria de vida da população, nossa revolução serão apenas palavras vazias (DENG, 1979a, tradução nossa).

É nesses marcos que situamos as reformas econômicas empreendidas por Deng. Ora, mas independentemente da vontade política expressa pelo PCCh, na prática essas reformas não poderiam implicar a recondução objetiva do projeto burguês na China? Wladimir Pomar argumenta que os dirigentes não tinham ilusão sobre a natureza da colaboração que se estabeleceria a partir da adoção das reformas de Deng. A burguesia, enquanto classe, tentaria ganhar o predomínio econômico e político, mas, a partir da atuação do partido comunista, fora “obrigada a curvar-se ao poderio popular e, mesmo contra a vontade, a colocar seus conhecimentos e capitais a serviço da construção do novo regime” (POMAR, W., 2015, p. 112). Interpretação essa compartilhada por Blackburn (2006, p. 17), para quem “o reconhecimento da força do mercado mundial não significa capitulação à dinâmica capitalista”.

O próprio Deng reconhece essa participação capitalista, mas pondera que seu *status* de classe havia mudado; mesmo o investimento estrangeiro nas ZEEs, uma prática capitalista, ocuparia apenas um pequeno espaço na economia nacional (DENG, 1979b, 1984). A expressão do poder da classe burguesa se expressaria, na visão do líder, essencialmente no conjunto de protestos estudantis na segunda metade dos anos 1980, que teria nos acontecimentos da praça Tiananmen de 1989 seu ponto alto (DENG, 1987; 1989; 1990). Em relação a esse ponto nos voltaremos de forma mais pormenorizada na seção seguinte, mas aqui é interessante notar como, diferentemente de Hui (2006), para quem os protestos estudantis representariam a luta pelo caminho socialista contra a opção capitalista de Deng, para o líder chinês os protestos representavam exatamente o oposto.

Em suma, mais ao encontro da visão de Deng, estariam os postulados de Jabbour e Dantas (2020), que tratam da ideia de coexistência de distintos modos de produção na economia chinesa — economia de subsistência; pequena produção mercantil; capitalismo privado; capitalismo de Estado, e socialismo. No lugar de uma visão monolítica, a chave analítica da coexistência dos diferentes modos de produção torna mais complexa a interpretação sobre o caso chinês ao esmiuçar *nuances* e colocar em xeque visões canônicas. Teríamos, nas palavras de Deng (1985), a não existência de uma contradição fundamental entre socialismo e economia de mercado.

A forma como o maior partido da esquerda brasileira se posicionou nesse amplo debate será o tópico discutido na próxima seção.



Jovem chinês postado à frente de tanques de guerra na praça Tiananmen (ou praça da Paz Celestial), em 5 de junho de 1989

3. PT, CHINA E SOCIALISMO

Estive em Xangai e Pequim. Pode-se dizer que o progresso do povo chinês nas últimas duas décadas foi de tirar o fôlego. E isso pôde ser alcançado por causa da organização política da China, por sua forte competitividade, cultura, grande quantidade de investimento e conhecimento científico e tecnológico (LULA apud LULA..., 2021).

Os elogios do mais significativo quadro político do PT ao governo chinês devem ser contextualizados. Em um cenário de avanço da pandemia de covid-19 e da colaboração chinesa com o desenvolvimento de vacinas e insumos para sua produção em diversos países — inclusive o Brasil —, a ação tem um propósito político evidente. Mas não só: a contextualização é extremamente importante tendo em vista o próprio histórico de posições políticas do PT perante a China.

A primeira e, talvez, mais fundamental característica do entrelaçamento proposto neste artigo — a visão do PT sobre as reformas chinesas de 1978 — pode ser resumida em uma palavra: (quase) ausência. Ao analisarmos o documento de fundação do partido, suas teses para atuação e mesmo a carta de princípios, anterior ao próprio documento de fundação (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980; 1984; 1979, respectivamente), a palavra China não aparece. Mais especificamente: até 1989 (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989) não há um documento em congresso ou encontros partidários que aprofunde a análise petista sobre a experiência chinesa de construção socialista. Cenário radicalmente diferente daquele encontrado nas pu-

blicações do jornal *A Classe Operária*, principal veículo de comunicação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o outro partido mais relevante da esquerda brasileira.

A ausência, todavia, não implica uma solução do problema proposto. A não menção à experiência chinesa é, assim, um ponto de partida interessante para se debruçar sobre a visão do partido sobre o governo Deng Xiaoping e, mais especificamente, sobre sua visão global do movimento socialista internacional. Os primeiros estudos sobre o PT apontam na direção de um partido constituído por três fontes: a Igreja progressista, os remanescentes dos grupos da luta armada e o novo sindicalismo. Lincoln Secco argumenta que aos três elementos poderíamos atribuir, respectivamente, três das características fundamentais do partido: a capilaridade social nas periferias das grandes e médias cidades e nas áreas de conflito rural; a adoção do socialismo (ainda que indefinido), e o papel dirigente no mundo do trabalho (SECCO, 2012, p. 26).

Em um cenário nacional de lutas pela redemocratização contra a ditadura militar e adensamento das organizações do trabalho — como os movimentos camponeses e o novo sindicalismo —, o partido nascia fora da órbita do comunismo soviético; distanciava-se do “populismo latino-americano” e negava oficialmente a herança social-democrata (SECCO, 2012, p. 36). A carta de princípios sinaliza que o partido é o resultado político da experiência das lutas operárias e dos setores proletarizados somada ao crescimento, em quantidade e qualidade, de suas lideranças (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979). Mesmo sua organização política enquanto partido de tendências — sem o predomínio do centralismo democrático marxista-leninista — é indicativo dessa diferenciação ante os comunistas (SECCO, 2012, p. 31).

Em razão dessa pluralidade — que também envolveu quadros políticos da oposição democrática ao regime militar —, não foram poucos os episódios de antagonismo entre o partido que representava um novo segmento da classe trabalhadora brasileira e a tradição comunista internacional. O próprio Lula declarou num debate no Instituto Cajamar, em 1987, que “o grande empecilho para criar o Partido dos Trabalhadores eram exatamente os comunistas” (SECCO, 2012, p. 67). Esses antagonismos se expressavam sobretudo em dois pontos. O primeiro é o sindical: por trás de expressões como *independência* e *liberdade* sindicais, corriqueiras nos documentos de fundação do partido (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979; 1980), se escondia uma crítica ao sindicalismo hegemônico pelas forças comunistas nacionais, tachado de “pelego”.

O segundo ponto de antagonismo, para o nosso propósito o mais significativo, operava na leitura de política externa. Nos pontos para a elaboração do programa do partido, ao fazerem menção à solidariedade ativa aos movimentos de libertação dos povos oprimidos, há críticas diretas à “farsa dos ‘direitos humanos’ de Carter”; às “sangrentas ditaduras implantadas na América Latina”, e aos *gulags*, “na União Soviética como em qualquer outra parte” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2007, p. 117). Ou seja, nota-se uma quase equalização dos acontecimentos na URSS com as di-

taduras latino-americanas e a política estadunidense. Lincoln Secco, se debruçando sobre esse ponto, aponta:

Ocorre que o PT era crítico acerbo da URSS. Na primeira metade dos anos 1980, Lula era comparado ao líder oposicionista Lech Walesa (que liderava os trabalhadores do Estaleiro de Gdanski). Ambos eram católicos e foram recebidos pelo Papa João Paulo II. Era comum ver carros de petistas com a inscrição “oPTei” ao lado de “Solidariedade” e muitos militantes usavam indistintamente camisas e broches do sindicato polonês ao lado da estrela do partido [...]. Boletins municipais reproduziam notas de apoio ao sindicato Solidariedade (SECCO, 2012, p. 70).

Ora, mas se há antagonismos, discontinuidades, há também continuidades. Conforme apontado por Valter Pomar, comunistas, nacionalistas, sociais-democratas e demais forças progressistas lidavam com uma tendência de ofensiva neoliberal mundial expressa nas vitórias de Reagan e Thatcher (POMAR, V., 2014, p. 55). E a principal continuidade expressa pelo PT foi a manutenção da reivindicação do socialismo enquanto ideologia responsável pela transformação social, apesar da negação explícita da estratégia “etapista” adotada pelo movimento comunista (POMAR, V., 2014, p. 110).

De acordo com o primeiro documento oficial do partido:

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo. Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979, p. 4).

Assim, socialismo se fundiria, na visão expressa pelos documentos do partido, em luta pela democracia. Mas que tipo de democracia? Primeiramente, entende-se aqui democracia do ponto de vista organizativo-partidário: as bases partidárias seriam vistas elas próprias como capazes de ditar os rumos da organização política, em um modelo que se pretendia distinto dos partidos de vanguarda socialistas. Mas, sob o ponto de vista da organização social como um todo, será em 1987 que um documento oficial do partido abordará o tema de forma mais detalhada. Nas “Resoluções políticas” de 1987, há uma seção toda destinada para as elaborações do partido sobre o socialismo. Ali afirma-se:

Reforma e revolução são consideradas por eles [alguns companheiros] como termos e práticas antagônicas. Entretanto, nenhum país que tenha feito revolução deixou de combinar essas lutas, dando maior ênfase a uma ou outra de acordo com a situação política concreta. A luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma. No entanto, quando ela serve para a educação das massas, através da própria experiência de luta, quando ela serve para demonstrar às grandes massas do povo que a consolidação, mesmo das reformas conquistadas, só é possível quando os trabalhadores estabelecem seu próprio poder, então ela serve à luta pelas transfor-

mações sociais e deve ser combinada com esta (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987, p. 10).

A luta pela democracia, portanto, não deveria ser vista como antagônica à revolução socialista, mas como um elemento constitutivo do acúmulo de forças para chegar a tal objetivo. Assim, posições como a condenação aos *gulags* ou o apoio à luta do movimento polonês Solidariedade, para além de interpretações sobre a política internacional influenciadas fortemente pela visão trotskista — relevante no partido—, representariam uma convergência para o próprio caráter “democrático”⁶ estipulado pelo socialismo petista.

É tendo em vista esse cenário que podemos nos debruçar sobre o primeiro documento oficial do partido, que, ainda que não diretamente, aborda a conjuntura chinesa do pós-reformas na moção “Não ao massacre do povo chinês”, de 1989. Nesse ano, os protestos estudantis chineses atingiam seu auge com um conjunto de manifestações que se concentravam em Pequim, a partir de abril daquele ano, após a morte por infarto de Hu Yaobang, membro do alto escalão do PCCh. A natureza desses protestos é alvo de uma constante disputa política: enquanto para Hui (2006) os estudantes e trabalhadores ali presentes protestavam contra a mudança de rumo empreendida pelo governo Deng, para o próprio Deng (1987; 1989) as mobilizações representavam o exato oposto, isto é, a articulação de forças capitalistas que buscavam a derrocada do regime socialista.

Fato é que no dia 4 de junho o Exército Popular de Libertação é chamado a pôr fim à manifestação, gerando cenas que rodaram o mundo, como a fotografia tirada no dia seguinte à manifestação por Jeff Widener, retratando um jovem chinês postado à frente dos tanques de guerra. Nos grandes centros de notícias internacionais, a imagem rapidamente ganhou contornos de uma suposta e difusa luta contra o “autoritarismo” e a “opressão” comunistas. Dez dias após o ocorrido, o PT organiza um evento para debater exclusivamente a questão chinesa na Faculdade de Direito da USP, em São Paulo.

A própria faixa selecionada para ser exposta em frente da mesa já sintetizava a posição partidária quanto ao ocorrido: não só o evento é visto como um “massacre do povo chinês”, como o PT reafirmava ali seu compromisso com um socialismo apartado das experiências socialistas reais; embora estrategicamente socialista, diferentemente da União Soviética ou, agora, da China, o PT se reafirmava “democrático”.

É a partir desse evento que é escrita, no VI Encontro, de 1989, a moção “Não ao massacre do povo chinês” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989). Alguns elementos do documento, resultado do debate travado interna e externamente pelo partido, chamam a atenção. Primordialmente, para o nosso objeto de pesquisa: embora não

⁶ O debate sobre a chegada ao poder pela via democrática ganhou forte relevância no pensamento socialista mundial, sobretudo a partir da experiência chilena com Allende em 1970. Mas, mesmo antes disso, essa já era uma discussão constante. Sobre o assunto, ver Spriano (1987, p. 201-205).



Debate sobre a China.
Faculdade de Direito da
USP, em São Paulo (SP),
14 de junho de 1989

Acervo: Centro Sérgio Buarque de Holanda — Fundação Perseu Abramo

aborde as reformas chinesas de forma direta, o documento carrega consigo concepções que dialogam com visões interpretativas sobre esse fenômeno histórico. Visto enquanto manifestação em prol da “democratização”, afirma o documento:

A China conta seus mortos, e os trabalhadores de todo o mundo olham estarecidos a barbárie cometida, em nome do socialismo, pelos dirigentes chineses. O PT, que defende o socialismo com liberdade, não poderia se calar neste momento trágico, que obscurece a imagem do socialismo aos olhos dos trabalhadores de todo o mundo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989).

Para além da interpretação do evento em si, o trecho em questão vai além ao insinuar a necessidade de os partidos progressistas não se calarem naquele “momento trágico”. E o não se calar nesse momento trágico significaria, na visão do partido, apontar para a “barbárie cometida em nome do socialismo”. Assim sendo, o dever dos partidos socialistas deveria ser, justamente, se distanciar do ocorrido e defender um “socialismo com liberdade”. A narrativa aqui dialoga de forma direta com o documento de 1987 e os pressupostos do socialismo petista: um modo de organização política que deve ser indissociável da democracia, opondo-se a regimes responsáveis por episódios como aquele “momento trágico, que obscurece a imagem do socialismo aos olhos dos trabalhadores de todo o mundo”.

Ora, mas qual seria a razão para um partido comunista, filiado à tradição socialista, abandonar os preceitos democráticos e, por extensão, deixar de representar os interesses de suas classes trabalhadoras? Um pequeno trecho adiante e, por fim, um fragmento da conclusão da moção nos oferecem respostas:

Um comunicado oficial do governo, transmitido pela TV, dizia que o Exército acabou com uma tentativa de golpe contrarrevolucionário, comandada por bandidos. A mais sórdida mentira estava sendo contada pelos *burocratas* assassinos para esconder a verdade que as telas da TV mostraram a todo o mundo. [...] Tem inteira razão um

A interpretação petista sobre a China e as experiências do chamado socialismo real são um substrato de fundamental importância para entender a própria noção de socialismo defendida pelo partido

homem que disse a um correspondente, em meio ao banho de sangue: “Por favor, digam ao mundo o que o Exército fez. Ele já não merece ser chamado de Exército Popular, é o Exército só de algumas famílias.” Os Deng Xiaoping, os Li Peng e algumas famílias de burocratas privilegiados, que mancharam de sangue o socialismo com a matança de milhares, não vão conseguir matar a esperança e a luta de todo um povo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989).

Aqui, a visão defendida por Deng — a saber, de que os eventos de Tiananmen representariam uma tentativa de golpe antirrevolucionário — é contrariada, sendo interpretada como uma “mentira” contada por “burocratas assassinos”. Rechacemos, para nossa análise, juízos de valor como as ideias de “mentira” ou de “assassinos”. A palavra mais importante para interpretarmos a visão petista sobre o que ocorria no país está na noção de *burocratas*. Adiante, na mesma moção, afirma-se que um conjunto de famílias de “burocratas privilegiados” mancharam de sangue a ideia de socialismo. Ora, mais do que uma análise sobre o evento histórico, o documento expressa um alinhamento do PT às interpretações esmiuçadas na segunda seção deste artigo, que enxergavam na China pós-1978 uma guinada nas ideias socialistas, com o fortalecimento de um conjunto de burocratas partidários que se afastariam dos propósitos socialistas e privilegiariam concepções tecnicistas. Portanto, não só o autoritarismo aqui é alvo de análise, como, também, o descolamento entre lideranças e base partidária, o que representaria, em última instância, uma subversão do propósito socialista.

A questão chinesa foi impactante a ponto de o partido, um ano depois, produzir o documento “O socialismo petista” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1990). Ali se encontram, sistematizados, os principais elementos até então debatidos sobre o tema. O compromisso estratégico com a democracia leva o partido a refutar os modelos do socialismo real e a se distanciar deles. Tal negação não significaria um não apoio à luta pela libertação dos trabalhadores, mas, pelo contrário, uma defesa dos “autênticos processos revolucionários”. O caso chinês, assim, seria paradigmático de um modelo com “profunda carência democrática”, marcado por um monopólio partidário comandado por uma “burocracia enquanto casta privilegiada” preocupada em reprimir o pluralismo ideológico e a democracia de base (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1990, p. 3-4).

Importante ressaltar: aqui o distanciamento das experiências do socialismo real, em vez de negação dos propósitos socialistas, significaria uma filiação do partido a uma influente corrente do pensamento socialista. Esta, por sua vez, via nas experiências do chamado socialismo real uma recorrente incapacidade de solucionar o problema da manutenção das relações sociais de produção capitalistas em suas economias, abrindo caminho para a burocratização das suas instâncias de comando (BETTELHEIM, 1978), o que, em última análise, implicaria uma deslegitimação das experiências socialistas. É bebendo nessa fonte que o PT busca formulações que o afastem das experiências socialistas em vigência, objetivando um caminho “particular” de socialismo.

Dessa forma, observa-se como, a partir do estudo das principais formulações partidárias, embora não tenha existido no PT um debate pormenorizado sobre as reformas da planificação de Deng Xiaoping, podemos notar que as consequências políticas da experiência chinesa foram objeto de análise interna. Mais do que isso, o teor desse estudo do partido expresso nas resoluções nos indica uma visão global do chamado “socialismo petista”, sendo, portanto, de suma importância não só por proporcionar o estudo da assimilação das reformas chinesas por parte de grupos progressistas, mas também por ser um elemento fundamental para a compreensão da identidade do partido.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo partimos da seguinte questão norteadora: de que forma o PT, atualmente maior partido da esquerda brasileira, interpretou as reformas econômicas chinesas de 1978 e suas consequências políticas? Posicionando-o no amplo debate sobre o modo de produção chinês, buscamos com essa questão não só entender como o partido compreendia o papel chinês na construção do socialismo mundial, mas também o que essa interpretação dizia sobre a própria concepção de socialismo do PT.

Para tanto, na segunda seção, nos debruçamos primeiramente sobre o objeto base de nossa questão problema, a saber, as reformas chinesas de Deng Xiaoping. Ali, argumentamos em favor da ideia de que intelectuais, historiadores e partidos políticos mundo afora se dividiram no que toca à natureza dessas reformas. Enquanto para alguns as reformas significavam, ao fim e ao cabo, um esfacelamento dos preceitos socialistas e a vitória antirrevolucionária das relações capitalistas no país, para o PCCh as reformas foram vistas como modernizações com o propósito de, justamente, criar condições para o florescimento de uma sociedade socialista.

Mais do que balanço bibliográfico, essa seção serviu ao nosso propósito, pois, ao nos voltarmos para o nosso objeto central na seção seguinte — as formulações do PT —, foi possível depreender uma forte correlação entre as interpretações do partido e postulados bastante difundidos que enxergavam na China pós-1978 a vitória de uma burocracia privilegiada que subvertera os preceitos revolucionários. Por exten-

são, nosso estudo apontou na direção de que a interpretação petista sobre a China e as experiências do chamado socialismo real são um substrato de fundamental importância para entender a própria noção de socialismo defendida pelo partido.

Sem a pretensão de esgotar o tema, o artigo pretende se inserir no mais amplo debate sobre as experiências socialistas e, mais especificamente, sobre a experiência chinesa, que talvez hoje seja o elemento crucial para quaisquer formulações políticas que ainda objetivem um novo modelo de sociedade.

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ). Desenvolve pesquisa na área de História Econômica Contemporânea e é bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestre pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). Pós-graduado em Formação Leitora pelo Instituto Vera Cruz. Bacharel e licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0967885032582238>

Este artigo é resultado de pesquisa de doutorado, em andamento, que conta com financiamento da Capes, à qual o autor e pesquisador agradece.

► Texto recebido em 20 de janeiro de 2022; aprovado em 6 de abril de 2022.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.

BETTELHEIM, Charles. **A China depois de Mao**. Tradução Clara Felgueiras. Lisboa: Edições 70, 1978.

_____. **Revolución Cultural y organización industrial en China**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1974.

BLACKBURN, Robin. Prefácio. In: SADER, Emir. **O muro depois da queda**. Tradução Jmary França. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. p. 1-17.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. Coreia do Sul, China e o processo de catching-up: uma análise novo-desenvolvimentista. **Princípios**, v. 39, n. 159, p. 206-235, jul-out 2020.

BURTON, Charles. China's post-Mao transition: the role of the party and ideology in the "New Period". **Pacific Affairs**, v. 60, n. 3, p. 431-446, 1987.

CHINESE COMMUNIST PARTY. Resolution on certain questions in the history of our party since the founding of the People's Republic of China. **Wilson Center**, Washington, D.C., June 27, 1981. Disponível em: <<http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/121344>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Moderna, 1985.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DATAFOLHA: preferência pelo PT chega a 28%, melhor resultado em 8 anos; segundo colocado tem 2%. **Carta Capital**, São Paulo, 31 dez. 2021. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/carta-expressa/datafolha-preferencia-pelo-pt-chega-a-28-melhor-resultado-em-8-anos-2o-colocado-tem-2>. Acesso em: 7 abr. 2022.

DENG Xiaoping. China can only take the socialist road. **The Selected Works of Deng Xiaoping**, March 3, 1987. Disponível em: <<https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/03/18/china-can-only-take-the-socialist-road>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

_____. China will never allow other countries to interfere in its internal affairs. **The Selected Works of Deng Xiaoping**, July 11, 1990. Disponível em: <<https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/03/18/china-will-never-allow-other-countries-to-interfere-in-its-internal-affairs>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

_____. China will tolerate no disturbances. **The Selected Works of Deng Xiaoping**, March 4, 1989. Disponível em: <<https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/03/18/china-will-tolerate-no-disturbances>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

_____. Make a success of Special Economic Zones and open more cities to the outside world. **The Selected Works of Deng Xiaoping**, February 24, 1984. Disponível em: <<https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/03/08/make-a-success-of-special-economic-zones-and-open-more-cities-to-the-outside-world>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

_____. Some comments on industrial development. **The Selected Works of Deng Xiaoping**, August 18, 1975a. Disponível em: <<https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/02/25/some-comments-on-industrial-development>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

_____. There is no fundamental contradiction between socialism and a market economy. **The Selected Works of Deng Xiaoping**, October 23, 1985. Disponível em: <<https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/03/18/there-is-no-fundamental-contradiction-between-socialism-and-a-market-economy>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

_____. The whole party should take the overall interest into account and push the economy forward. **The Selected Works of Deng Xiaoping**, March 5, 1975b. Disponível em: <<https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/02/25/the-whole-party-should-take-the-overall-interest-into-account-and-push-the-economy-forward>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

_____. To build socialism we must first develop the productive forces. **The Selected Works of Deng Xiaoping**, April-May 1980. Disponível em: <<https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/02/25/to-build-socialism-we-must-first-develop-the-productive-forces>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

_____. Uphold the four cardinal principles. **The Selected Works of Deng Xiaoping**, March 30, 1979a. Disponível em: <<https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/02/25/uphold-the-four-cardinal-principles>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

_____. We can develop a market economy under socialism. **The Selected Works of Deng Xiaoping**, November 26, 1979b. Disponível em: <<https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/02/25/we-can-develop-a-market-economy-under-socialism>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

_____. We should make use of foreign funds and let former capitalist industrialists and businessmen play their role in developing the economy. **The Selected Works of Deng Xiaoping**, January 17, 1979c. Disponível em: <<https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/02/25/we-should-make-use-of-foreign-funds-and-let-former-capitalist-industrialists-and-businessmen-play-their-role-in-developing-the-economy>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 3.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira — das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914 -1991)**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HUI Wang. Depoliticized politics, multiple components of hegemony, and the eclipse of the sixties. **Inter-Asia Cultural Studies**, v. 7, n. 4, p. 683-700, 2006.

_____; KARL, Rebecca E. The year 1989 and the historical roots of neoliberalism in China. **East Asia Cultures Critique**, v. 12, n. 1, p. 7-70, 2004.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Sobre a China e o “socialismo de mercado” como uma nova formação econômico-social. **Nova Economia**, v. 30, n. 3, p. 1029-1050, 2020.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LULA elogia Partido Comunista Chinês: “Países deveriam aprender”. **Poder 360**, São Paulo, 28 jun. 2021. Disponível em: <www.poder360.com.br/brasil/lula-elogia-partido-comunista-chines-paises-deveriam-aprender>. Acesso em: 7 abr. 2022.

MAIA, Isis. Pesquisadora revela China ignorada pela mídia onde 850 milhões deixaram a pobreza. [Entrevista cedida a] Ayrton Centeno. **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 27 set. 2021. Disponível em: <www.brasildefato.com.br/2021/09/27/pesquisadora-revela-china-ignorada-pela-midia-onde-850-milhoes-deixaram-a-pobreza>. Acesso em: 7 abr. 2022.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **3º Congresso do PT: o socialismo petista, 1990**. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/3-Congresso-nacional_Socialismo-Petista.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2022.

_____. Comissão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT. **Carta de princípios do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo, 1 maio 1979. Disponível em: <<https://pt.org.br/carta-de-principios-do-partido-dos-trabalhadores>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

_____. Diretório Nacional. **Teses para a atuação do PT**. São Paulo, 6 maio 1984. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-tesesparaaatuacaadopt.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

_____. Movimento Pró-PT. **Manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo, 21 out. 1980. Disponível em: <<https://pt.org.br/manifesto-de-fundacao-do-partido-dos-trabalhadores>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

_____. Comissão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT. Pontos para a elaboração do programa (10 fev. 1980). **Documentos Dossiê**, n. 1, p. 108-120, 2007.

_____. **Resoluções políticas.** São Paulo, 1987. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/07-resolucoespoliticas_0.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2022.

_____. **VI Encontro:** não ao massacre do povo chinês. São Paulo, 1989. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/04-mocao-vi-encontro.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

POMAR, Valter. **A metamorfose.** São Paulo: Editora Página 13, 2014.

POMAR, Wladimir. **O enigma chinês.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

RUSSO, Alessandro. How did the Cultural Revolution end?: the last dispute between Mao Zedong and Deng Xiaoping. **Modern China**, v. 39, n. 3, p. 239-279, 2012.

SANTILLÁN, Gustavo; SILBERT, Jaime. Contribuição para a compreensão da China atual: economia, intervenção estatal e consequências sociais. **Novos Rumos**, Marília, v. 49, n. 2, p. 105-120, 2012.

SECCO, Lincoln. **História do PT.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SOFRI, Gianni. O problema da revolução socialista nos países atrasados. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.). **História do marxismo:** o marxismo na época da Terceira Internacional — o novo capitalismo, o imperialismo, o Terceiro Mundo. v. 8. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Amélia Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 329-375.

SPRIANO, Paolo. O movimento comunista entre a guerra e a pós-guerra (1938-1947). In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.). **História do marxismo:** o marxismo na época da Terceira Internacional — de Gramsci à crise do stalinismo. v. 10. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 301-339.

WU Yiching. Rethinking “capitalism restoration” in China. **Monthly Review**, v. 57, n. 6, p. 150-183, 2005.